

# Nova República: devagar, devagar, quase parando

A notícia não ganhou nenhum destaque nos jornais: o Presidente da República, José Sarney, assinou anteontem novo Decreto destinado a reduzir o rombo do Tesouro. Seu teor: todos os órgãos do Governo Federal, mais as autarquias, deverão realizar estudos para verificar os funcionários desnecessários, e possibilitar o seu futuro remanejamento, isto é, seu deslocamento para setores onde haja escassez de mão-de-obra para executar tarefas necessárias. Trata-se, em resumo, de uma providência inicial para racionalizar a máquina governamental, reduzindo custos e aumentando a eficiência (nas áreas em que ela é afetada por falta de pessoal).

Otimo? Não. Exasperador. A principal expectativa da opinião pública em relação à Nova República era, obviamente, de que houvesse uma nova postura, uma nova atitude em relação aos problemas do País. Que providências necessárias fossem tomadas em ritmo de urgência, em caráter de emergência — para que fosse possível “sentir” que as “coisas estão mudando efetivamente”, isto é, que passou a haver em Brasília, sensibilidade para com as dificuldades da população. Que passou a haver, em Brasília, preocupação em corrigir distorções, sanear aberrações — inclusive para poupar centenas e centenas de bilhões de cruzeiros, trilhões de cruzeiros, para minorar, rapidamente, as mazelas representadas pela fome, pela miséria, pela falta de assistência médica que afligem dezenas de milhões de famílias brasileiras.

O que a opinião pública queria, era isso: que o novo Governo, seus diversos escalões representassem uma ruptura completa com os governos passados. Com o distanciamento, omissão, desdém manifestados por ministros e assessores de governos passados para com as aflições do povo. Pensava-se que os políticos de oposição, os economistas de oposição, guindados ao poder após mais de 20 anos de ostracismo, reunissem essas condições já que eles viviam falando na iminência de uma “explosão social” no País; em “hordas” agindo nos grandes centros — por pura falta de expectativa, pura falta de esperança no futuro. Ninguém esperava — note-se bem — “devassas”, medidas de impacto — pois isso poderia ser confundido com “revanchismo”, e “revanchismo” foi uma atitude claramente prescrita no acordo que levou Tancredo Neves à Presidência da República. Não se esperava que o passado fosse revirado — mas que, a partir de 15 de março, houvesse, daí para a frente, uma atitude nova em relação aos problemas do povo, e à urgência em enfrentá-los.

As expectativas estão sendo frustradas — e não se diga que elas eram exageradas, que não se

poderia modificar as coisas “da noite para o dia”, porque os problemas se acumularam durante anos e anos, e esses eteceteras todos. O que falta não são recursos — mas disposição de fazer.

Essa disposição não está existindo — como fica provado, mais uma vez, com o decreto assinado anteontem pelo presidente Sarney. O Ministro da Administração, Aluizio Alves, já teve seis meses para fazer o levantamento das áreas onde há excesso de pessoal: há uns dois meses, chegou a revelar que, de 1982 a 1984, houve mais de meio milhão de contratações no funcionalismo público do país, dos quais 200 mil na área federal e outros 300 mil na área dos Estados e Prefeituras (dominados em sua maioria por “governos de oposição” desde 1983). Por que perder tempo com novo levantamento? Não é o caso de fazer demissões em massa, que ninguém é insano de desejar isso. Mas por que o remanejamento não começa imediatamente (ou, melhor ainda, por que não começou, há muito tempo)? Há centenas de milhares de funcionários ociosos, dizem os próprios porta-vozes da Nova República. E todos os dias, nos jornais, verifica-se que há setores em que falta mão-de-obra, com aquelas perdas de centenas de bilhões, ou trilhões, de cruzeiros, pelo Governo. Exemplo? Ainda ontem os jornais noticiavam que a companhia de financiamento da produção dispõe de apenas 16 (são dezesseis, mesmo) fiscais em todo o País, para fiscalizar os estoques de alimentos que o Governo comprou. Por isso mesmo, fraudes monumentais continuam a ser praticadas todos os dias com prejuízos de bilhões ao Tesouro — como este escândalo, que agora veio à tona, do desvio de 120 mil toneladas de soja vendidas ao Governo por cooperativa gaúcha. Outro exemplo? O tesouro tem Cr\$ 5 trilhões a receber, somente em São Paulo, de um pequeno grupo de grandes sonegadores, cuja dívida está sendo cobrada na Justiça. Mas os processos não andam, por falta de funcionários no Judiciário... Como falta gente para reduzir as filas do INPS, para educar crianças, para evitar a devastação de florestas e etecetera e etecetera.

A Nova República não tem pressa. Pra que? É muito mais fácil aumentar impostos, como vem sendo proposto pelo Ministério do Planejamento. Que a classe média, a massa trabalhadora, pague mais e mais impostos. Para não terem nem os serviços essenciais.

Em tempo: o “mutirão contra a violência” foi lançado pomposamente, há meses. Não saiu do papel, por falta de liberação de verbas. O “programa de alimentação popular” foi lançado pomposamente, há meses não saiu do papel, pelos mesmos motivos. Pra que pressa? Pra que pensar no povo?